



Morte no Carrefour: empresa de segurança firma TAC de R\$ 1,8 milhões Homem foi asfixiado por seguranças do supermercado, em Porto Alegre



O TAC objetiva estabelecer medidas para que a empresa implemente ações de combate ao racismo estrutural, discriminação e violência (Neofeed)

O Grupo Vector, empresa responsável pela segurança da unidade do supermercado Carrefour onde o trabalhador autônomo negro João Alberto Freitas morreu após ser agredido, assinou um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) no qual se compromete a investir R\$ 1,792 milhões em bolsas de estudo e em aquisição de cestas básicas para pessoas negras.

O acordo foi costurado em negociações com a Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul e com as organizações não governamentais Educafro e Centro Santo Dias de Direitos Humanos.

A morte de João Alberto ocorreu no dia 19 de

novembro do ano passado. Ele tinha 40 anos e fazia compras na unidade do Carrefour no bairro Passo D'Areia, em Porto Alegre. Acompanhado da esposa, o trabalhador autônomo foi abordado por dois seguranças após um desentendimento com uma funcionária e conduzido até a saída do supermercado.

Ali ocorreram agressões com chutes e socos e João Alberto foi imobilizado por mais de cinco minutos. Sufocado, ele não resistiu. Posteriormente, o laudo médico confirmou a morte por asfixia. Registros de câmeras de celular fizeram o episódio ganhar visibilidade às vésperas do Dia da Consciência Negra, 20 de novembro.

“O TAC tem por objetivo estabelecer medidas mínimas a serem implementadas pela empresa, em âmbito nacional e regional no Estado do Rio Grande do Sul, para fins de combate ao racismo estrutural, à discriminação e à violência, bem como da promoção da diversidade”, informou em nota a Defensoria Pública.

Segundo a instituição, as tratativas também contaram com o envolvimento do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS), por meio do seu Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejuscc).

Acordo

O acordo prevê que 35% dos R\$1,792 milhões seja convertido em bolsas de meio turno para o acolhimento de crianças de até cinco anos de idade junto a creches localizadas no bairro Passo D'Areia.

Além disso, 50% do montante será destinado a bolsas para estudantes que tenham ingressado na graduação através do Programa Universidade Para Todos (Prouni) em instituições de ensino superior sediadas em Porto Alegre.

Os 15% restantes serão investidos na aquisição de cestas básicas mensais para famílias compostas por pessoas negras que morem no bairro Passo D'Areia. A forma de seleção de todos os beneficiados constará em editais publicados pela Defensoria Pública.

Em nota divulgada em seu portal eletrônico, a empresa de segurança disse estar empenhada em contribuir para a conscientização da prática antirracista. “O Grupo segue mantendo o compromisso de transparência com a sociedade e seus clientes, está satisfeito em noticiar o compromisso firmado, porém, com pesar, ao rememorar o fato ocorrido em 19/11/2021, que jamais será esquecido, e servirá como exemplo do que não deve ser admitido em hipótese alguma, sendo necessária a união de todos os esforços possíveis para o enfrentamento do racismo estrutural em nossa nação, que mesmo sendo combatido há séculos, necessita de um comprometimento cada vez maior por cada um de nós”, diz o texto.

O TAC estabelece ainda alguns outros compromissos. O Grupo Vector concordou em aumentar o número de admissão de pessoas negras em 10% no primeiro ano de vigência do acordo, em 15% no segundo e no terceiro ano e em 20% no quarto e no quinto ano.

Além disso, um protocolo de treinamento deverá ser estabelecido para todos os seus dirigentes e trabalhadores em relação a atos de discriminação. O conteúdo ministrado incluirá discussões sobre direitos humanos, diversidade e combate ao racismo estrutural.

Outras medidas previstas são a realização de campanhas de combate à discriminação e a qualificação de profissionais negros. Deverá ser criada ainda uma Ouvidoria Independente, destinada ao acolhimento de denúncias envolvendo casos de violência que venham a ocorrer nas dependências onde o Grupo Vector atua.

Outros desdobramentos

Em junho desse ano, um outro TAC havia sido firmado com o Carrefour. O acordo também foi negociado com a Defensoria Pública, envolvendo ainda o Ministério Público Federal (MPF), o Ministério Público do Rio Grande do Sul (MPRS) e o Ministério Público do Trabalho (MPT). A sociedade civil foi representada pelo Educafro e pelo Centro Santo Dias de Direitos Humanos, assim como ocorreu nas tratativas com a empresa de segurança.

O TAC possibilitou o encerramento de duas ações movidas contra o Carrefour para cobrar reparação de dano moral coletivo. A Defensoria Pública pleiteava R\$ 200 milhões, enquanto o Educafro e o Centro Santo Dias de Direitos Humanos pediram R\$ 100 milhões .

O acordo fixou ao todo R\$ 115 milhões para estabelecimento de ações de enfrentamento ao racismo. Foi definida a destinação de R\$ 74 milhões para oferta de bolsas educacionais, R\$ 16 milhões para campanhas educativas e projetos de combate ao racismo, R\$ 10 milhões para medidas de inclusão, R\$ 8 milhões para apoio a redes de incubadoras e aceleradoras para empreendedores negros e R\$ 2 milhões para benefícios em comunidades quilombolas, entre outras medidas.

Além do TAC, o Carrefour firmou em maio acordos extrajudiciais com Milena Borges Alves, viúva de João Alfredo, e com outros oito familiares. Os valores, que envolvem indenizações individuais por danos morais e materiais, não foram revelados.

Um processo criminal tramita desde dezembro de 2020, quando a Justiça gaúcha aceitou denúncia do MPRS contra seis pessoas: três estão presos e outros três respondem em liberdade. Eles foram acusados por homicídio triplamente qualificado com dolo eventual, por motivo torpe, meio cruel e recurso que impossibilitou a defesa da vítima.

Edição: Denise Griesinger

Fonte: AGÊNCIA BRASIL - Léo Rodrigues

ATENÇÃO 28 VIGILANTES EX-AQUILA, HKS, PONTESEG, PRECAVER E SENA:

RELACIONADOS EM 7 PROCESSOS: COMPAREÇA OU FALE COM O SINDICATO



28 Vigilantes relacionados abaixo e participantes em 7 processos do Sindicato contra as quebronas AQUILA, HKS, PONTESEG, PRECAVER E SENA podem falar com o Sindvigilantes/BA entre os dias 09 a 12 de novembro (terça a sexta-feira), para se informar sobre PRECATÓRIOS/cobrança contra o Governo do Estado (Edital publicado pela Justiça do Trabalho - ordem/fila, alternativas, etc.).

Recentemente a Justiça do Trabalho publicou um Edital com informações sobre os processos com PRECATORIO contra o Estado da Bahia expedidos até 2020, aí incluído os 7 processos aqui relacionados.

Nestes processos vitoriosos o desafio é tempo para a cobrança (fila) e pagamento. O Sindicato tem a tarefa e responsabilidade de informar aos colegas o lugar na fila e opções.

Portanto, caso tenha interesse nas informações constantes no Edital compareça ou entre em contato com o seu Sindicato entre os dias 09 a 12 próximos.

É sua e nossa luta contra os caloteiros e por nossos direitos.

É Sindicato de luta, sem pelego, sem patrão.

Observe:

DE 09 A 12 DE NOVEMBRO – DAS 08 ÀS 12H
NO SINDICATO

Confiram, a seguir, o número do processo e seu nome:

SENA/SUDES

Proc. 158.2011.21ª:

- IVAN SANTOS SILVA
- UMBERTO RODRIGUES SANTOS
- ROBERTO DOS SANTOS

Proc. 718.2010.12ª:

- DENILSON OLIVEIRA DE ALMEIDA
- EDSON ROSENDO LEITE FILHO
- GEORGE DA SILVA FREIRE
- GEORGE VINAGRE DE OLIVEIRA
- GERSON SOUZA DE PINHO
- GILMAR DOS SANTOS PEREIRA
- VALDEQUE OLIVEIRA MACIEL
- VALDINEI DE JESUS SILVA
- WALDEMAR ANTONIO BARRETO DE ALMEIDA

COUTO

AQUILA/SUDES:

Proc. 1292.2015.37ª – AQUILA:

- ADEMIR BARROS FERREIRA
- ALBERTINO DOS SANTOS RAMOS
- IVÃ GARCEZ DE SANTANA
- ROBERTO TELES BARBOSA

PONTESEG

Proc. 978.2011.19ª:

- ANDERSON ALVES DE OLIVEIRA
- ANTONIO DO NASCIMENTO NETO
- ALBERTO BOMFIM SANTOS
- REINALDO CALIXTO DOS SANTOS JUNIOR

HKS

Proc. 1185.2015.27ª:

- RAIMUNDO BATISTA DA SILVA FILHO

Proc. 1421.2012.4ª:

- ROSEMBERG DE SOUSA DEODATO

PRECAVER

Proc. 385.2013.5ª:

- EDVALDO SOUSA NASCIMENTO
- ERIVALDO BISPO DOS SANTOS
- FERNANDO QUERINO DOS SANTOS
- JOEL LUIZ SANTOS COSTA
- JONAS BRASIL MACEDO
- LUIZ ALBERTO RIBEIRO CARDOSO
- ROBSON DE ASSIS SOUZA
- VALNEI DOS SANTOS

FONTE: SINDVIGILANTES/BA

Negociações com o Mercantil do Brasil continuam travadas

Banco não aceitou que reivindicações contemplassem todos os demitidos e representação dos trabalhadores recusou proposta a público limitado



O Mesmo após as atividades realizadas nas portas e nas imediações das unidades do Banco Mercantil do Brasil por todo o país, na manhã desta quinta-feira (4), a direção do banco se recusou a acatar as reivindicações dos trabalhadores, em reunião com a Comissão de Organização dos Empregados (COE) na tarde desta quinta-feira (4). As propostas apresentadas pelo banco não englobavam todos os demitidos.

Os bancários reivindicam o fim das demissões, com requalificação dos profissionais que seriam demitidos para reaproveitamento em outras áreas do próprio banco. Para os demitidos, as reivindicações incluem o aumento do valor de requalificação para a busca de uma nova vaga no mercado; o aumento de seis meses, além do previsto na CCT, de manutenção do plano de saúde; seguro de vida; e de dois meses de vale alimentação.

O banco disse aceitar parte das reivindicações, mas apenas para gerentes administrativos e supervisores administrativos. “Nós, como sindicato dos bancários, não podemos aceitar uma proposta que contemple apenas parte dos trabalhadores. Seríamos acusados de criar subcategorias. Nós representamos a categoria como um todo, não apenas uma parcela dos

demitidos”, destacou o coordenador da COE do Mercantil do Brasil, Marco Aurélio Alves.

A presidenta da Federação dos Trabalhadores do Ramo Financeiro de Minas Gerais (Fetrafi-MG), Magaly Fagundes, que é membro do Comando Nacional dos Bancários, destacou a conjuntura enfrentada pelo país. “Enquanto esse governo não mudar, enfrentaremos momentos difíceis. Mas, o sistema financeiro não foi atingido por esta crise que colocou quase 20 milhões de brasileiros em situação de fome. Por isso, insistimos nas reivindicações”, ressaltou.

A reunião para a continuidade das negociações foi marcada para dia 11 de novembro de 2021, às 14h.

Negociações permanentes

A representação dos empregados reivindicou e o banco aceitou o estabelecimento de uma mesa de negociações permanente para tratar de assuntos do interesse dos trabalhadores. A princípio elas serão realizadas a cada três meses, podendo ocorrer antecipadamente por demanda.

Manifestações

Para Marco Aurélio, os atos desta quinta-feira, com distribuição do Jornal do Cliente, serviram como uma forma de pressão ao banco. “É bom para mostrar que estamos unidos e atentos ao que está acontecendo. Quando há demissão de funcionários, os clientes também são prejudicados e eles entenderam essa questão e responderam muito bem às nossas manifestações”, observou o coordenador da COE. “Esperamos que o banco chegue a um termo para atender a todos os demitidos. Até lá, continuaremos mobilizados”, concluiu.

FONTE: CONTRAF

Após pente-fino do INSS, 85 mil podem ter benefício suspenso

Dos 95 mil notificados para marcar perícia até o dia 11 de novembro, apenas 10 mil agendaram o procedimento obrigatório



Beneficiário convocado tem até o dia 11 de novembro para marcar a perícia
MARCOS VIDAL/FUTURA PRESS/FUTURA PRESS/
ESTADÃO CONTEÚDO-15/09/2021

Os segurados convocados pelo INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), após pente-fino para identificar possíveis irregularidades no pagamento de benefícios, têm até a quinta-feira (11) para agendar perícia médica. Dos 95 mil que devem passar pelo procedimento para manter o benefício por incapacidade temporária (auxílio-doença ou acidentário), apenas 10 mil já marcaram a perícia. Outros 85 mil podem perder o benefício.

Segundo o INSS, quem não agendar a perícia no prazo terá o benefício suspenso. Esse grupo é formado por beneficiários que não foram localizados no endereço que consta na base de dados do INSS ou deixaram de marcar o exame após receber a notificação.

A relação dos segurados foi publicada no DOU (Diário Oficial da União) no dia 27 de setembro.

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

O INSS anunciou em junho deste ano que iniciaria um pente-fino na lista de segurados que recebem auxílio-doença ou acidentário. Em julho, o instituto começou a enviar cartas para 170 mil segurados.

Os notificados tinham até 30 dias, a contar da data de recebimento notificada pelos Correios, para agendar o procedimento

Desse total, o INSS não conseguiu encontrar esses 95 mil nomes que foram divulgados no Diário Oficial da União.

O Rio Grande do Sul é o estado com o maior número de segurados na lista: 11.816. São Paulo tem 10.735 e Rio de Janeiro 6.134.

O que fazer se o nome estiver na lista?

O segurado que estiver com o nome na lista do pente-fino do INSS deve providenciar o agendamento da sua perícia médica quanto antes, para não ter o benefício suspenso.

A perícia médica pode ser marcada de três formas:

- Aplicativo Meu INSS;
- Central de atendimento 135; ou
- **Site do INSS: www.meu.inss.gov.br.**

Para realizar a perícia é preciso apresentar os seguintes documentos:

- CPF;
- Laudo médico contendo o nome do médico, número do CRM, código da doença/CID (Classificação Internacional de Doenças) e a descrição da doença e exames médicos recentes que comprovem a doença; e
- RG.

Fonte: r7 – ECONOMIA

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF